Luta por mais verbas

Assembleia Legislativa mantém 9,57% do ICMS para as universidades na LDO 2010

Na noite de 24 de junho, a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o Projeto de Lei 299/2009, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

Das 1.935 emendas recebidas pelo projeto, somente 495 foram acatadas pelo relator, o deputado Bruno Covas (PSDB). O relatório final foi aprovado em plenário pela bancada governista, com o voto contrário dos deputados do PT, PSOL e PCdoB, bem como do deputado Olímpio Gomes (PV).

Assim como fez nos anos anteriores, o Fórum das Seis encaminhou emendas (todas negadas), propondo o aumento das verbas para a educação pública paulista (33% da receita bruta do estado), aí incluídos 11,6% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza.

Em relação às universidades, foi aprovada uma emenda que traz de volta a expressão "no mínimo" antes do valor fixado, que continua sendo de 9,57% do ICMS.

Ato promovido pelo Fórum das Seis na Assembleia Legislativa: Por mais verbas para a educação pública

Secretários de DE, DTA e DTAd conquistam mudança na função e revisão de GR

Quando a reitoria implantou a transformação das funções de Secretários de Diretoria e de Vice-Diretoria das unidades (num merecido reconhecimento), os Secretários de Departamentos de Ensino sentiram-se injustiçados. Por isso, elaboraram proposta ao CO, pedindo que a função de Assessor Administrativo I fosse também estendida a eles. Esta proposta foi encaminhada por Alice da Silva Leite Vieira, servidora aposentada de Marília, eleita, na época, pelo "Chapão das Entidades".

Em seguida, um diretor de unidade propôs a extensão da transformação para os secretários de DTA e DTAd. Por isso e outros motivos, o item foi retirado de pauta várias vezes, sob a alegação de que eram necessários mais estudos quanto ao impacto orçamentário e de uma reestruturação das GRs em geral. A GR dos Supervisores de Seções, por exemplo, passou a ser menor que a GR dos Assessores de Diretorias e Vice-Diretorias de unidades.

Diante desse quadro, a reitoria indicou uma comissão para apresentar estudos de readequação de todas as GRs. Enquanto isso, os secretários não desistiram da cobrança de uma solução, contando sempre com o apoio dos representantes técnico-administrativos nos órgãos colegiados, membros do "Chapão".

Enfim, com a implantação do novo Plano de Carreira, Resolução Unesp nº 70, de 27/11/2008, em seu § 1º do Artigo 4º das Disposições Transitórias, a reivindicação foi compreendida pelos órgãos colegiados, contemplando os Departamentos de Ensino, as Diretorias Técnicas Acadêmica e Administrativa, que agora contam com a função de Assessor Administrativo. Fica a critério da administração manter ou não, na função de confiança, aqueles que atualmente exercem as funções de Secretário e/ou Assistente Administrativo nos Departamentos e Diretorias Técnicas.

O Sintunesp parabeniza todos aqueles que se empenharam na luta pelo reconhecimento dessa função.

Sintunesp encaminha reivindicação dos Técnicos de Laboratório

No dia 30 de junho, o Sintunesp endereçou um ofício ao pró-reitor de Administração, professor Ricardo Samih Georges Abi Rached, encaminhando documento elaborado pelos servidores Assistentes de Suporte Acadêmico, solicitando a revisão do Plano de Carreira da referida função.

O ofício, que também foi acompanhado das manifestações de algumas Congregações onde esses servidores levaram o assunto, pede gestão do pró-reitor para que a reivindicação seja avaliada pela Comissão do Plano de Carreira.

Servidores de Dracena cobram do reitor estrutura administrativa para os *campi* experimentais

No dia 19 de maio, os servidores de Dracena reuniram-se com o reitor da Unesp, professor Herman Voorwald. Também estavam presentes o pró-reitor de Administração, a coordenadora do CRH, o coordenador executivo do campus e supervisores da unidade.

Refletindo as expectativas dos colegas dos demais *campi* experimentais, eles cobraram o estabelecimento urgente de uma estrutura administrativa digna nestas unidades.

Segundo relatos dos companheiros de Dracena, os representantes da reitoria teceram uma série de comentários a respeito do assunto, ressaltando que iriam solicitar à CEAFA um prazo para a apresentação de uma contraproposta para a nova estrutura dos *campi* experimentais.

Eles conclamam os demais servidores das unidades experimentais a manterem a união e a organização construídas até o momento. "Agora é a hora exata para conquistarmos nossa real inserção na instituição Unesp", disseram.

Confira os informes do Jurídico no site

Regularmente, o Departamento Jurídico do Sintunesp elabora um informativo com temas gerais e específicos, contendo direitos, interpretação de leis e outros. Acesse em www.sintunesp.org.br

Artigo

Depois da tempestade

** Por Luiz Carlos de Freitas Melo*

Costumeiramente, muito se ouve dizer que depois da tempestade vem a bonança. No entanto, a bem da verdade, depois da tempestade aparece o estrago. E, como sempre, os mais atingidos são aqueles de menor condição socioeconômica.

Essa observação pode servir muito de exemplo ao analisarmos o final de mais uma campanha salarial, dentre tantas que o conjunto de funcionários técnico-administrativos, docentes e estudantes tem realizado nos últimos anos nas três universidades estaduais paulistas.

Já há alguns anos o Fórum das Seis defende, na pauta unificada, no item que trata de reajuste salarial, a parcela fixa de R$ 200,00 + um percentual que recupere nossas perdas salariais nos últimos anos. No entanto, os reitores negam veementemente atender nossa reivindicação.

Por mais que as entidades demonstrem ao Cruesp a importância e a possibilidade dessa proposta ser atendida, os reitores sempre se recusaram a negociá-la. O único argumento que insistem em nos apresentar é que não há recursos para atender tal demanda, pois o comprometimento com salários está acima do suportável e que, além disto, existe uma crise instalada etc etc.

Nesta ótica, nossos dirigentes deixam claro que seu compromisso é com os governantes que, simplesmente mandam arrochar os salários, terceirizar os serviços, instituir o ensino à distância, enfim, promover a quebradeira daquilo que é público.

Ao invés de nos responsabilizar pelo risco de inviabilizar a instituição, como costumam fazer durante períodos de negociação, deveriam nos imitar: lutar por mais verbas junto ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa. Ao contrário, fecham seus olhos ou fazem vistas grossas para os verdadeiros algozes da educação pública, que são os governantes, que cortam verbas e não investem mais recursos necessários para a manutenção da educação pública de qualidade.

Vale lembrar que, durante a votação da LDO 2010, o Cruesp não apresentou qualquer proposta ou preocupação com o orçamento das universidades.

Diante da perda do vínculo entre ensino, pesquisa e extensão (ameaça que paira sobre nossas universidades), a nossa luta deve continuar por mais verbas, pela defesa do ensino presencial, contra as fundações privadas e as terceirizações dos serviços públicos. E, por fim, em defesa da democratização nas universidades!

** Luiz Carlos de Freitas Melo é Coordenador de Formação e Cultura do Sintunesp. É servidor do campus de Botucatu*